

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.04.013

# DISCURSOS HETERONORMATIVOS SOBRE ARRANJOS FAMILIARES EM LIVROS PARADIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Fernando Lucas da Silva Gomes<sup>1</sup>*

*Alteney José Souza Gomes<sup>2</sup>*

*Jackson Ronie Sá-Silva<sup>3</sup>*

## RESUMO

Os arranjos familiares, através da dinâmica das inter-relações sociais, são marcados pela heterogeneidade, pluralidade e diferença. No entanto, esses aspectos por vezes são negados em decorrência dos discursos hegemônicos, que, ao classificarem o modelo de família nuclear como único arranjo aceitável, natural e legítimo, acaba produzindo categorizações de artificialidade e incoerência sobre determinadas organizações familiares. Compreendendo que os livros paradidáticos, recursos pedagógicos utilizados em sala de aula para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, podem se configurar como instrumentos que perpetuam esses atravessamentos, este estudo se objetiva em analisar os discursos

- 1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil, fer.lucas20@hotmail.com;
- 2 Graduando em Ciências Biológicas Licenciatura, Bolsista PIBIC (PPG-UEMA / CNPq), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil, altsouza365@gmail.com;
- 3 Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Edital FAPEMA nº 04/2023 - Bolsa de Estímulo à Produtividade em Pesquisa, BEPP-03896/23, Doutor em Educação, Pós-Doutor em Educação, Professor do Departamento de Biologia na Universidade Estadual do Maranhão (DBIO-UEMA), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva na Universidade Estadual do Maranhão (PROFEI/UEMA), Professor no Programa de Doutorado Rede Nordeste em Ensino na Universidade Estadual do Maranhão (RENOEN/UEMA) São Luís, Maranhão, Brasil, prof.jacksonronie.uema@gmail.com

heteronormativos sobre arranjos familiares em livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa educacional documental pautada no campo teórico-metodológico dos Estudos Culturais em Educação numa perspectiva pós-estruturalista, localizando-se ainda nas discussões relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade. O observado na análise do discurso é que os livros paradidáticos, apesar de trazerem exceções, corroboram com a proposição generalizada dos corpos e atuam como sustentáculos para a reprodução dos discursos heteronormativos no contexto escolar, onde conseqüentemente desconsideram a diversidade de modelos familiares existentes no meio social, buscando fixar, legitimar e cristalizar o arranjo familiar normativo composto por um homem, uma mulher e filhos, centrado em uma perspectiva discursiva de características essencialistas, biologicistas e padronizantes.

**Palavras-chave:** Arranjos Familiares; Heteronormatividade; Pesquisa Documental.

## INTRODUÇÃO

Historicamente a dinâmica das relações sociais é caracterizada por movimentos mutáveis e voláteis, que se distanciam de uma ideia fixa, cristalizada e essencialista do ser humano. Esse processo metamorfoseia inúmeras esferas socioculturais, modificando percepções e discursos, bem como alterando determinadas estruturas e organizações, como o caso dos arranjos familiares.

Ao observarmos o meio social ocidental e contemporâneo do qual estamos inseridos, é possível notar como os arranjos familiares se caracterizam por serem heterogêneos e plurais, refletindo a diversidade identitária existente na sociedade. Famílias homoafetivas, compostas por casais do mesmo sexo, e famílias anaparentais, formada apenas por irmãos e irmãs, por exemplo, se configuram como representações dessa configuração.

No entanto, esses aspectos por vezes são negados no meio social em decorrência dos discursos hegemônicos que classificam o modelo de família nuclear<sup>4</sup> como único arranjo aceitável, natural e legítimo. A construção desse padrão perpetua desigualdades e diferenças, onde conseqüentemente acaba produzindo rejeições sobre determinadas organizações familiares e enquadrando os indivíduos em narrativas pré-estabelecidas.

Nesse contexto, é interessante percebermos como a heteronormatividade se encontra pautada em tais atravessamentos, se constituindo como um conjunto de disposições que envolve discursos, valores e práticas, no qual considera como natural e normal apenas manifestações pautadas na heterossexualidade (Junqueira, 2013). Ou seja, é por meio dos relacionamentos amorosos/sexuais, centrados na relação entre homem e mulher, que a ordenação heteronormativa constrói seu pilar, exposta e desprovida de sutilidades.

A manutenção desse modelo familiar, socialmente visto como ideal e normal entre os sujeitos, também possui forte influência dos discursos religiosos. Junqueira (2017) ilustra esses aspectos ao afirmar que a Igreja é um dos principais dispositivos que buscam sustentar a organização de famílias heteronormativas na sociedade, investindo na ideia de (re)naturalização dessas concepções.

---

4 Arranjo familiar heteronormativo e monogâmico composto por um homem, uma mulher e seus respectivos filhos e filhas.

No bojo dessa questão, o termo “Ideologia de Gênero”, por exemplo, que ganhou notoriedade nos últimos anos pelos movimentos conservadores, é uma ação retrógrada cunhada pela Igreja Católica (Junqueira, 2017). Seu discurso sentencia os estudos pós-críticos de gênero e sexualidade na sociedade, condenando-os como uma ameaça à estrutura fixa e tradicional de família. Essa intenção essencialista busca, sobretudo, manter o arranjo familiar heteronormativo em circulação.

No meio social, a manutenção desses discursos ocorre através de um investimento continuado e repetitivo, sendo o contexto escolar, local onde a construção de saberes é produzida coletivamente, um importante agente dessa (re)produção, que constrói classificações de erroniedade sobre os arranjos familiares que destoam do modelo nuclear. Louro (2014), nos auxilia a compreender esses elementos ao afirmar que os livros escolares têm sido objeto de várias investigações, no qual “têm observado a representação da família típica constituída de um pai e uma mãe e, usualmente, dois filhos, um menino e uma menina” (p. 74).

O reconhecimento desses atravessamentos nos levou a questionar se os livros paradidáticos, materiais pedagógicos utilizados em sala de aula para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, atuam como instrumentos que fornecem subsídios para a manutenção dessas narrativas.

Isso posto, orientado pelas considerações expostas, possuindo ainda como investigação os anos iniciais do Ensino Fundamental, esta pesquisa parte dos seguintes questionamentos: Como os discursos heteronormativos sobre arranjos familiares estão presentes nos livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental? Quais representações de diversidade de diversidade familiar estão contidas na composição dos livros paradidáticos? Quais discursos presentes nos livros paradidáticos fragilizam os arranjos familiares atravessados pela heterossexualidade?

Diante dessa conjuntura, esta pesquisa se objetiva em analisar os discursos heteronormativos sobre arranjos familiares em livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Problematizar as heteronarrativas relacionadas aos arranjos familiares nos livros paradidáticos parte do princípio de proporcionar aos alunos e as alunas, bem como os demais sujeitos presentes, a oportunidade de conviverem com suas semelhanças e diferenças de maneira ética e cidadã. Por se tratar de instrumentos utilizados com frequência na sala de aula, é necessário que os

livros reconheçam, incluam e valorizem a diversidade de modelos familiares existente no meio social, desconstruindo discursos normalizadores que visam limitar e hierarquizar vivências.

Diante disso, percebemos como o currículo escolar pode se apresentar como um instrumento de poder na busca pela garantia do consenso e obtenção da hegemonia (Silva, 2007). Assim, a relevância deste estudo para o campo educacional se sustenta em evidenciar tais aspectos nos livros paradidáticos, podendo fazer emergir contribuições que, possivelmente, resultarão em práticas educacionais/pedagógicas potencializadas para a não padronização de sujeitos.

Ao compreender a importância dos livros paradidáticos na aprendizagem dos/as alunos/as, os discursos contidos nesses materiais necessitam dialogar sobre as diversas formas de configurações familiares. As aulas ministradas nas escolas com o uso de paradidáticos devem ser contextuais, problematizadoras, críticas, inclusivas, utilizando-se de recursos didáticos que fomentem a discussão, a inclusão e, principalmente, a divulgação da importância das diferenças e do respeito à diversidade de gênero e sexualidade.

No que se refere ao processo teórico-metodológico, a pesquisa é de abordagem qualitativa, possuindo como referência seu objeto de estudo e o contexto no qual as significações e intencionalidades dos discursos se encontram localizados. Para tanto, ao compreender os livros paradidáticos como documentos, e sendo eles os instrumentos de coleta de dados, a pesquisa se configura como do tipo documental.

Para a concretização das seções foi utilizado o pressuposto teórico dos Estudos Culturais em Educação, tendo como base autores como Junqueira (2013), Louro (2014), Miskolci (2007), Silva (2007), entre outros. Este campo de estudo nos permite questionar os aspectos colocados sob o *status* de verdade e é marcado pela interdisciplinaridade, atuando em esferas como os estudos de gênero e estudos *queer*.

Esta pesquisa está estruturada em seções, com a proposição de aprofundar as discussões relacionadas ao objeto de estudo. Além dos apontamentos iniciais já realizados nesta primeira parte, intitulada *Introdução*, são apresentadas, na segunda seção, *Metodologia*, discussões referentes a pesquisa qualitativa e documental, bem como a descrição de como se deu a aquisição dos livros paradidáticos e o procedimento analítico, realizados por meio da Análise de Conteúdo.

Na seção seguinte, *Resultados e discussão*, realizamos a problematização dos discursos identificados nos livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa discussão foi realizada por meio de autores e autoras, onde imagens, ilustrações, trechos e narrativas foram utilizados como objeto de análise.

Por fim, na seção *Considerações finais* explanamos o processo investigativo da pesquisa, destacando os pontos centrais de descoberta e reconhecendo, por conseguinte, como as representações plurais de arranjos familiares, nos livros paradidáticos, auxiliam na desestabilização dos discursos normativos.

## METODOLOGIA

Por dialogar com elementos sociais do ser humano, seus desdobramentos, e os aspectos subjetivos dos sujeitos, a metodologia para realização deste estudo é de abordagem qualitativa. Para Minayo (2016), a pesquisa qualitativa se distancia da objetividade e se encontra associada ao mundo dos significados, relacionados a concepções das ações humanas, como crenças e atitudes.

Para tanto, ao compreendermos os livros paradidáticos como documentos, a pesquisa se configura como do tipo documental. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2022), diferentemente da pesquisa bibliográfica, “a metodologia da pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, fontes primárias” (p. 34).

No processo de aquisição dos livros paradidáticos para análise, visitamos 3 (três) escolas da rede municipal do município de Caxias, Maranhão, Brasil. As instituições trabalham exclusivamente com a etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental e estão localizadas em bairros distintos da zona urbana do município.

Ao todo conseguimos adquirir cinco livros paradidáticos (Quadro 1). No processo de seleção desses materiais para a análise, utilizamos como critérios de inclusão: conter o selo de um dos programas de distribuição de livros e materiais pedagógicos; compor o acervo das escolas; ser um material utilizado recorrentemente nas salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

**Quadro 1** - Livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, adquiridos em escolas da rede municipal de Caxias, Maranhão, Brasil

Livro	Autor(a)	Editora	Ano
<i>A princesa que tudo sabia... menos uma coisa</i>	Rosane Pampola	Brinque-Book	2001
<i>O livro que lê gente</i>	Alexandre de Castro	Cortez	2016
<i>Bis</i>	Ricardo da Cunha	Companhia das Letrinhas	2010
<i>Quem tem medo de ridículo?</i>	Ruth Rocha	Gaia	2007
<i>Contos de Gringolados</i>	Leo Cunha	Signo	2018

**Fonte:** Autoria própria (2024).

Com os livros catalogados, iniciamos o processo de organização do material e tratamento analítico dos dados, por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Assim, na etapa pré-análise, realizamos as leituras flutuantes e em profundidade dos livros, que tiveram como intencionalidade estabelecer uma aproximação com os materiais e efetuar uma observação acentuada dos paradidáticos. Ainda nessa etapa identificamos que os trechos e ilustrações poderiam ser analisados e problematizados, construindo o *corpus* da pesquisa.

Com essa etapa finalizada, foi iniciada a fase de exploração do material e tratamento dos resultados, que está relacionada à codificação e categorização dos dados compostos no *corpus*, no qual realizamos o agrupamento dos discursos encontrados. Por fim, partimos para a terceira e última etapa, inferência e interpretação dos dados, onde ocorreu a problematização dos discursos com base nos Estudos Culturais em Educação.

O campo teórico-metodológico dos Estudos Culturais apresenta uma amplitude de direcionamentos para a área educacional, centrados no viés que discute as inter-relações e a produção dos aspectos culturais atravessados por encadeamentos de poder. As provocações trazidas pelos Estudos Culturais em Educação subsidiam reflexões sobre os elementos colocados sob o *status* de verdade nas instituições escolares (Silva, 2007), trazendo a percepção de não apenas identificá-los em uma posição considerada passiva, mas de tecer questionamentos e problematizações através de um posicionamento crítico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

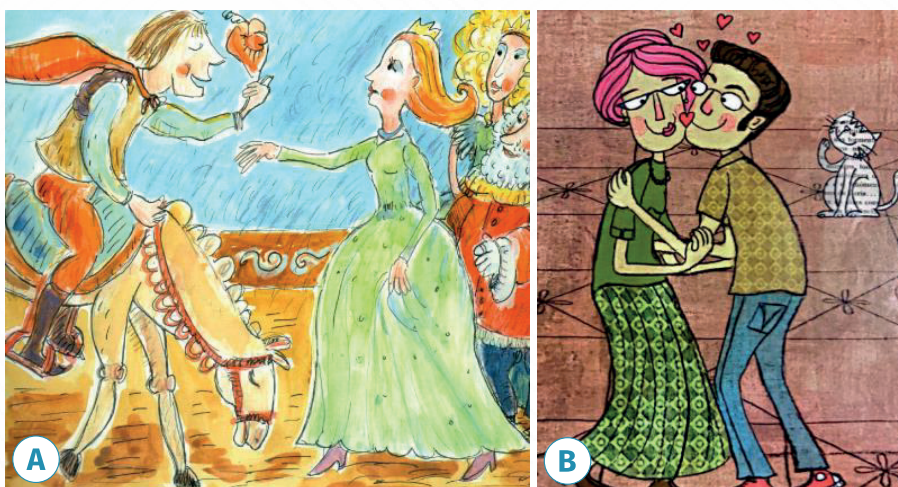
Os livros paradidáticos analisados apresentam, através de narrativas e ilustrações, enredos centrados na dinâmica familiar, com situações que

envolvem, a rotina dessas organizações, intenções de construção da prole e o início dos laços familiares através do casamento, por exemplo. A proposição generificada<sup>5</sup> dos corpos é o que predomina nos discursos reunidos, se configurando como um sustentáculo que busca manter em atividade o ciclo da norma heterossexual.

Notamos que essas proposições estão voltadas para as relações hegemônicas, onde marcam o corpo que possui pênis e o corpo que possui vulva como dependentes, dando vazão a uma narrativa que classifica os relacionamentos heterossexuais como o modelo “natural” de organização social. Esses discursos promovem a reprodução como característica única da sexualidade, desconsiderando os demais elementos pertencentes e reforçando o ideal que invalida expressões de não-heterossexualidade.

A Figura 1 exemplifica como esses discursos se fazem presentes nos livros paradidáticos, privilegiando os relacionamentos amorosos heterossexuais, que nessa esfera se constituem como o momento que antecede o início dos firmamentos familiares. Além de conterem demonstrações expostas de afeto heteronarrativas – ou o desejo de realizá-las –, as análises ainda evidenciam o vínculo amoroso/sexual entre a figura masculina e a figura feminina:

**Fig.1** - Discursos heteronormativos sobre relacionamentos amorosos, encontrados nos livros paradidáticos



**Fonte:** A – Pampola (2001, p. 9); B – Gomes (2016, p. 23).

5 Normas de gênero que buscam manter em atividade o ciclo binário da masculinidade e feminilidade, instituindo performances, práticas, atitudes e comportamentos.



A configuração dos relacionamentos heterossexuais é representada de forma incontestável, em uma espécie de proposição fundada na legitimidade, pronta para ser observada e reproduzida sem nenhuma possibilidade de problematização. Essa norma é discursiva desde o nascimento (ou até mesmo antes dele), fase em que se finda que um homem irá, necessariamente, relacionar-se com uma mulher. Manifestações que fogem dessa perspectiva não ganham espaço nas ilustrações ou trechos desses materiais, conforme podemos notar no trecho narrativo:

“[...] – Ah! Ela é minha leitura predileta aqui dentro. Um verdadeiro romance! – Respondeu Aladim, fazendo uma resenha da história que conhecia. – **Quem me colocou aqui em cima foi o namorado dela**, que vinha sempre ajudar na arrumação da biblioteca. Acho que o nome dele é Mozinho, pelo menos era assim que Anitta o chamava” (Gomes, 2016, p. 14, grifo nosso).

Em uma primeira observação, notamos como os livros paradidáticos, de certa forma, colaboram com a ideia essencialista e complexa do amor relacionado à procriação, nascida no século XIX. Ou seja, se a união entre o órgão reprodutor do homem e da mulher oferece a possibilidade de perpetuação da espécie humana, deve ser o caminho mais coerente a ser seguido, devendo, portanto, ser idealizado e reiterado. Nesse sentido, a atração dos corpos, que resulta na oficialização dos relacionamentos, casamentos e construções familiares, serviria apenas para essa finalidade.

Katz (1996) corrobora essas considerações ao afirmar que, no início desse período, a própria ideia do amor e paixão só era verdadeiramente legitimada por meio da consumação, isto é, do ato sexual entre o homem e a mulher com o objetivo de procriação. O autor ainda relata que a energia humana deveria ser usada para produzir filhos, mantendo o amor, não podendo ser desperdiçada em “prazeres libidinosos” não reprodutivos. Práticas sexuais que desviassem desse princípio, como a masturbação e a homossexualidade, por exemplo, eram categorizadas como perversões.

A omissão dos relacionamentos não-heterossexuais nesses documentos se configura como um elemento que é válido de problematizar. Enquanto os casais heterossexuais recebem abertamente representações nos textos, imagens e alegorias, não conseguimos localizar manifestações que fogem a esse discurso. O ocultamento dessas relações íntimas opera com a intencionalidade

de distanciá-las dos contextos social e escolar, haja vista que estão vinculadas à ideia de serem expressões que fogem à concepção de naturalidade.

“Mas a princesa não gostava da ideia de casar com qualquer um. Então disse aos pais que só se casariam com aquele que lhe fizesse uma pergunta que ela não soubesse responder. **O rei pensou “Vai ser difícil achar esse noivo”** (Pampola, p. 7, grifo nosso).

Nesse contexto, os relacionamentos não-heterossexuais não são proibidos de acontecerem no âmbito social, desde que se mantenham na esfera individual e os sujeitos performem manifestações heterocentradas. Nessa direção, envolvimento amoroso que fogem à “norma” devem ser realizados em um campo privado (Britzman, 1996; Colling, Nogueira, 2015). Os exemplos ilustram como os discursos heteronormativos estão contidos nos livros, produzindo mascaramentos de relacionamentos e configurações familiares plurais.

Britzman (1996) expõe que a intencionalidade de tais omissões ainda se sustenta heteronormativamente pelo desejo de negar organizações homoafetivas, pressupondo que os alunos e as alunas ainda não atingiram a idade correta para compreender essa diversidade *queer* existente no meio social. No entanto, como podemos notar, essa mesma preocupação não é colocada sobre as relações heterossexuais, ou seja, esse cuidado não parte do princípio de distanciar a sexualidade como um todo, apenas expressões “desviantes”.

Para a matriz heterossexual, as possíveis representações de arranjos familiares plurais se torna um fator que alimenta a produção de sexualidades “desviantes”. Segundo Xavier Filha (2014), a categoria normativa existente na sociedade contemporânea qualifica os livros infantis cujas imagens e textos apresentam situações incompatíveis com a heterossexualidade como dispositivos que favorecem o caminho para a homossexualidade.

Recorremos novamente a Britzman (1996) para nos auxiliar a compreender como as representações de sexualidades que fogem desse modelo unilateral são avaliadas pelas concepções normativas. Segundo a autora:

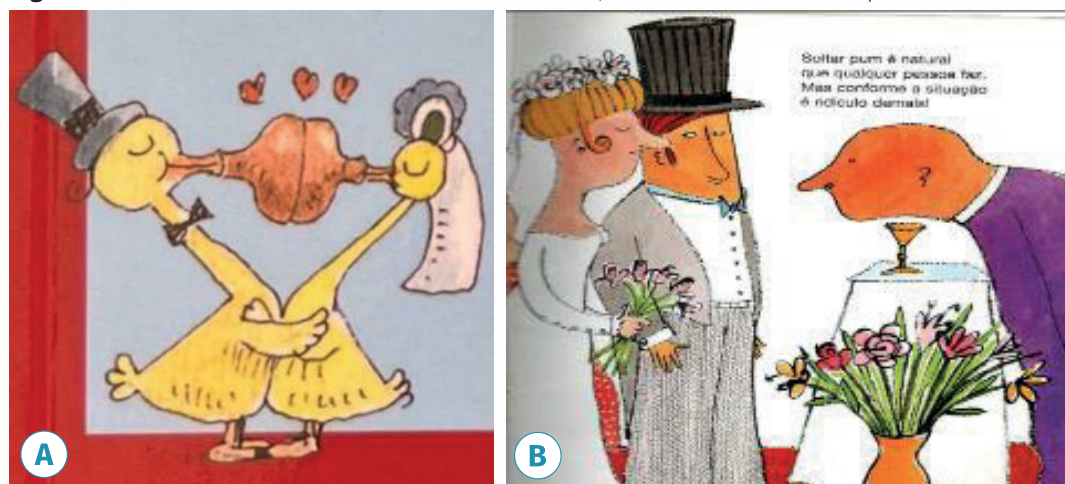
[...] para um número significativo de heterossexuais que imaginam sua identidade sexual como ‘normal’ e ‘natural’, existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de ‘recrutar’ jovens inocentes (Britzman, 1996, p. 79-80).

Dessa forma, as manifestações não-heterossexuais, não obstante, ao serem classificadas como desvios, ainda são vistas como elementos transmissíveis, que perpetuam comportamentos, valores, práticas e artefatos “errôneos”. Essa percepção de contágio torna a representatividade de masculinidades e feminilidades plurais distantes dos livros paradidáticos e de certas instituições sociais, universalizando e solidificando formas de vivências.

O enquadramento dos relacionamentos amorosos heterossexuais como expressões públicas nos paradidáticos, então, nos auxilia a problematizar essa demanda socialmente produzida. O contato com esses discursos em sala de aula pode acabar gerando expectativas voltadas para a “sexualidade natural”, principalmente no que se refere à oficialização desses envolvimento românticos. Desse modo, são estimulados e representados na composição dos materiais pedagógicos.

Os casamentos também se configuram como discursos representados na composição dos livros paradidáticos, no qual ilustram o início dos laços familiares heterocentrados, compostos por uma figura masculina e outra feminina. Exemplificamos essas ilustrações através da Figura 2:

**Fig.2** - Discursos heteronormativos sobre casamentos, encontrados nos livros paradidáticos



**Fonte:** A – Lima (2010, p. 1); B – Rocha (2007, p. 21).

Conforme podemos observar nas exemplificações, o modelo de família nuclear, ou também denominado, socialmente, de “tradicional”, é o que predomina nos livros paradidáticos analisados. Essa ordenação não surge de maneira isolada e, além de estabelecer uma união prolongada entre corpos masculinos

e femininos, é centrada no discurso reprodutivo e nas performatividades das identidades sociais heterocentradas. Esses aspectos operam como um agrupamento normalizado e requerido no interior das construções familiares, o que significa um impulso à continuidade dessas organizações.

Essa ideia de família “tradicional”, bem como sua classificação como única estrutura correta, pode ser associada a concepção foucaultiana de verdade e poder. Nesse viés, no momento em que o discurso institucionaliza que a união entre homem e mulher se configura como uma verdade, uma manifestação correta e coerente, desconsidera, por conseguinte, outros arranjos, estabelecendo relações de poder e dominação (Dias, 2017).

No entanto, esse discurso vem se tornando cada vez mais questionado na sociedade contemporânea, fato que se deve ao surgimento intensivo de novos modelos familiares. Assim, possibilidades de adoção, famílias com ou sem prole, avanços tecnológicos que permitam a reprodução sem necessariamente requerer a prática sexual, uniões estáveis configurações de família monoparentais e homoparentais, são movimentações que têm auxiliado na ressignificação do modelo heteronormativo, que relaciona a estrutura nuclear de família como unicamente aceitável.

A legislação brasileira também oferece subsídios que potencializam esse movimento contrário à família conservadora. A resolução nº 175, de maio de 2013, ilustra esse aspecto, haja vista que reconhece a celebração de casamento civil ou de conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo (Brasil, 2013). Esse avanço também oferece direitos e deveres aos envolvidos na relação, ao passo que permite aos casais homoafetivos a possibilidade de adoção, caso seja um desejo existente.

Além dos exemplos heteronormativos sobre os arranjos familiares discutidos anteriormente, conseguimos localizar, nos livros paradidáticos, expressões que se mostram como exceções ao modelo de família nuclear. As análises evidenciam discursos de uma família anaparental, composta por três irmãos que residem em uma mesma residência, e um arranjo familiar monoparental, com a ausência de uma figura materna entre os membros:

**Fig.3** - Discursos sobre arranjos familiares plurais, encontrados nos livros paradidáticos



**Fonte:** A – Cunha (2018, p. 28); B – Lima (2010, p. 11).

A presença desses discursos nos materiais proporciona que os/as docentes e os/as discentes explorem os diversos arranjos familiares existentes no meio social, verificando como essas configurações que divergem do padrão “tradicional” se constituem em possibilidades emergentes e válidas. As representações ainda oferecem fatores de identificação aos sujeitos nesse contexto, distanciando-se da visão dicotômica que classifica as estruturas não “tradicionais” em um agrupamento errôneo.

Compreendemos que os discursos da Figura 3 permitem a problematização da ideia fixa e generalizada de arranjo familiar único – reiterada pelos grupos conservadores –, cujos exemplos de configurações familiares homoafetivas podem até ser citadas durante a exposição dessas expressões. Porém, observando as ilustrações pela perspectiva da heteronormatividade, é válido pontuarmos como as famílias compostas por casais gays, lésbicos ou transexuais não conseguem ser localizadas nos livros paradidáticos analisados.

Estruturas anaparentais ou monoparentais são classificadas como modelos “não- tradicionais” de família, representando a pluralidade contemporânea existente. Mas, ao contrário dos arranjos *queers*, tais estruturas familiares não simbolizam uma ameaça à manutenção do *status quo*. Performatividades não-heterossexuais e sua categorização como manifestações desviantes expressam tanto a degeneração dos valores nucleares de família, quanto o rompimento

de inteligibilidade dos corpos<sup>6</sup>, apresentando-se para os conservadores com uma nocividade mais intensa. Dessa forma, percebemos como os discursos analisados (Figura 3) investe na diversidade familiar existente, mas permanece, em parte, normativo.

Ao abordarmos esses aspectos, é válido ressaltarmos como os casamentos homoafetivos se encontram imersos em uma discussão que envolve complexidades. Para Miskolci (2007), o casamento entre pessoas do mesmo sexo funciona como forma de legitimação familiar, que representa uma conquista válida. Entretanto, iguala-se ao modelo heterossexual estável que obriga os homossexuais, bissexuais ou transgêneros a viverem sob uma ordem social normativa. Nesse sentido, até mesmo a adoção por esses casais levaria ao enquadramento do discurso hegemônico, por se configurar como uma situação que atende aos critérios heteronormativos.

Butler (2003) também corrobora essa afirmação ao pontuar que os casamentos homoafetivos produzem zonas de legitimidade e ilegitimidade no próprio movimento. Ou seja, esse vínculo governamental entre indivíduos não-heterossexuais, conseqüentemente, marginaliza aqueles que optam por não realizá-lo, moldando uma subcategoria de anormalidade. Nessa perspectiva, o casamento homoafetivo é similar aos envolvimento heterossexuais por manterem em funcionamento os modelos aceitáveis e inaceitáveis.

Considerando esses elementos, percebemos como os discursos heteronormativos se fazem presentes até mesmo em situações em que ocorre uma tentativa de desvio e problematizações deles. Entretanto, paradoxalmente, os direitos relacionados aos casamentos não-heterossexuais, assim como a possibilidade de adoção por esses casais, não podem ser classificados, em sua totalidade, como inválidos. Eles são legítimos e provocam instabilidades à estrutura familiar nuclear. Dessa forma, suas representações nos paradidáticos possivelmente auxiliariam a fragilizar esse conservadorismo referente aos arranjos “corretos”, permitindo que a criticidade esteja presente nas salas de aula durante essas abordagens.

---

6 Para Butler (2017), a sociedade contemporânea ocidental desenvolve demandas de linearidade, coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, denominando essa configuração de gêneros “inteligíveis”. Ou seja, quando uma mulher ou um homem deixa de se relacionar com o seu considerado “sexo oposto”, por exemplo, eles ou elas não cumprem um dos requisitos de inteligibilidade.

Os livros paradidáticos analisados, então, operam como dispositivos normalizadores dos corpos, atuando em uma ampla dimensão que favorece os discursos hegemônicos através dos arranjos familiares. Nesse sentido, torna-se fundamental questionarmos os documentos escolares, compreendendo que esses materiais auxiliam, diretamente, na construção de um contexto escolar atravessado por classificações de anormalidade, ilegitimidade, incoerência e artificialidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar os discursos heteronormativos sobre arranjos familiares em livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Verificamos que a heterossexualidade se instaurou no meio social através das relações de poder, sendo colocada sob o *status* de naturalidade e impondo demandas para os indivíduos. A disposição heteronormativa define que os arranjos familiares fora do enquadramento heterossexual devem ser classificados como impróprios, errôneas e anormais.

Os dados obtidos a partir da pesquisa qualitativa documental, analisados através dos Estudos Culturais em Educação, nos possibilitaram perceber que os livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental analisados se configuram como instrumentos que fornecem subsídios para a manutenção das heteronarrativas relacionadas aos arranjos familiares.

As análises e discussão realizadas evidenciam que os atravessamentos heteronormativos estão presentes sutilmente na composição dos livros paradidáticos através de textos, imagens, ilustrações e narrativas. Nesse ínterim, buscamos problematizar os aspectos ditos e não ditos, compreendendo que a ausência de algumas representações é fundamental para a (re)produção do ciclo heterorregulador.

Apesar de ter sido possível reunir exceções, as categorias construídas, em sua maioria, destacam que os livros paradidáticos analisados desconsideram a diversidade de arranjos familiares presentes no meio social. Esses discursos unilaterais relacionados ao modelo de família nuclear demonstram a necessidade de materiais pedagógicos que abordem as vivências plurais e dinâmicas dos sujeitos. Ilustrações e enredos fora do enquadramento heteronormativo podem potencializar a efetivação de diálogos que envolvam a diversidade,

permitindo que os leitores e as leitoras identifiquem as diversas formas de ser homem e de ser mulher na sociedade.

Os resultados dessa pesquisa reforçam, ainda, como os programas de distribuição de livros escolares se encontram enraizados em discursos essencialistas e cristalizados no que se refere às noções de gênero e sexualidade. Portanto, se torna urgente a efetivação desses diálogos em programas como o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), visando tornar o ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

Por fim, esperamos que as problematizações levantadas por esta pesquisa possam contribuir para provocar novas reflexões acerca da manutenção dos discursos heteronormativos relacionados aos arranjos familiares. Que os livros paradidáticos possam ser avaliados, estranhados e questionados, a fim de auxiliar professores e professoras na construção de uma sala de aula que valorize a diversidade familiar existente no meio social, no qual todos e todas possam se sentir livres, respeitados e pertencentes.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, 2013. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_175\\_14052013\\_16052013105518.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf). Acesso em: 20 de maio, 2024.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. Trad. T. T. Silva, **Educação e Realidade**, v. 21 (1), p. 71-96, jan./jun. 1996.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, p. 219-260, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade.

**Transposições:** lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, p. 171-184, 2015.

CUNHA, L. **Contos de Gringolados**. Belo Horizonte: Signo, 2018.

DIAS, T. B. A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. **Mandrágora**, v. 23, n. 1, p. 49-70, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v23n1p51-72>. Acesso em: 05 de jan., 2024.

FILHA, X. C. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educar em Revista**, n. numeroesp01, p. 153-169, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36546>. Acesso em: 01 de jun., 2024.

GOMES, A. C. **O livro que lê gente**. São Paulo: Cortez, 2016.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.) **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.320>. Acesso em: 04 de jun, 2024.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1996.

LIMA, R. C. **Bis**. 1.ed. Companhia das Letrinhas, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101- 128, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>. Acesso em: 01 de jun., 2024.

PAMPLONA, R. **A princesa que tudo sabia...menos uma coisa**. São Paulo: BRINQUE-BOOK, 2001.

ROCHA, R. **Quem tem medo de ridículo?**. 4.ed. São Paulo: Gaia, 2007.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: SÁ-SILVA, J. R. (org). **Linhas de pensamento nas Pesquisas em Educação**. Curitiba: CRV, 2022.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.